

3

Novas tecnologias e novos espaços: configuração das Salas de Leitura no Município do Rio de Janeiro

A aplicação de tecnologias de informação e comunicação na educação tem sido a tônica dos debates educacionais nos últimos anos. Teóricos das áreas de Comunicação e de Educação estão cada vez mais produzindo estudos sobre essa questão. Diversos autores, como Belloni (2001), Silverstone (2002), Buckingham (2003), Rivoltella (2004), entre outros, vêm defendendo, cada vez mais, a perspectiva de uma nova forma de educar, de um novo paradigma educacional que possa dar conta da velocidade das mudanças que estão ocorrendo no mundo, principalmente no que tange aos aspectos tecnológicos. Não é possível mais pensar em uma escola isolada e descontextualizada que ignore esse processo.

Este novo contexto educacional deve considerar o aluno como sujeito do processo de construção do conhecimento e propiciar o desenvolvimento pleno do potencial do educando, oportunizando atividades e metodologias que visem explorar, ao máximo, as múltiplas inteligências, já que cada ser humano é diferente: possui interesses distintos, competências e habilidades específicas.

Como acontece em outras grandes cidades do país, no Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Educação vem intensificando os debates e as ações no que diz respeito à utilização de diversas mídias na escola, como uma das maneiras de integrar o ambiente escolar a esse novo contexto. Desde a criação da Multirio¹ em 1993, passando por diversos cursos de capacitação do corpo docente, pela realização do Seminário Latino-americano de Educação — A Escola na Idade Mídia (2002) — e, recentemente, a realização da 4ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes (2004), a SME/RJ vem demonstrando preocupação com a produção e a utilização das mídias (TV, vídeo, rádio, jornal e Internet) na educação.

¹ Empresa Municipal de Múltiplos LTDA. É responsável pela produção de programas de televisão, vídeos, sites, CD-Rom e publicações voltadas prioritariamente para educação. Criada por Lei Municipal em outubro de 1993. Investindo na interatividade e na prestação de serviços, a MULTIRIO destina sua produção à sociedade em geral e à maior rede de ensino público da América Latina. São 1.035 escolas municipais, cerca de 30 mil professores e 700 mil alunos, de Educação Infantil e Ensino Fundamental. A **MULTIRIO** foi criada por Lei Municipal em outubro de 1993, na primeira gestão do Prefeito Cesar Maia (1993-1996).

Neste contexto, a Sala de Leitura ocupa um lugar de destaque e recebe uma atenção especial por parte da Secretaria na medida em que passou a ter por atribuição gerenciar os recursos mídia-educacionais e articular, junto com a direção da escola e os demais professores, a implementação do projeto pedagógico, além de se configurar como um espaço que deve estimular a criatividade e o conhecimento. Assim, este espaço é considerado como aquele que deve abranger múltiplas linguagens.

Ao realizarmos uma análise dos documentos oficiais que regem as Salas de Leitura da Rede municipal do Rio de Janeiro, procuramos entender melhor como se deu a implementação e constituição das mesmas; como os gestores desse sistema entendem as relações entre mídia e educação hoje e o que esperam dessa relação em ambientes escolares; e quais as regulamentações que regem este espaço, incluindo as atribuições dos profissionais responsáveis pelo mesmo.

A Sala de Leitura e sua forma de organização e existência no espaço escolar nem sempre se constituiu do mesmo modo no contexto educacional das Unidades Escolares oficiais do Município do Rio de Janeiro. Numerosas e significativas foram as transformações ocorridas, e, para pensar essa realidade, é necessário conhecer pelo menos, um pouco de sua história.

O espaço ocupado hoje pelas Salas de Leitura surgiu no Município do Rio de Janeiro na década de 1980 a partir da implantação do Programa Especial de Educação — PEE (escolas de horário integral e Centros Integrados de Educação Pública - CIEPs) do governo Leonel Brizola. Esse programa previa que em todas as unidades escolares houvesse bibliotecas escolares e espaços de multimeios e a diretriz básica do PEE era a recuperação da escola pública, de forma a tornar o ensino moderno, bem aparelhado e democrático.

A partir de 1990, o Departamento de Ação Pedagógica do E-DGE, através da Divisão de Multimeios da Educação, propõe um redimensionamento pedagógico das bibliotecas escolares e dos espaços de multimeios existentes nas Unidades Escolares de horário parcial, procurando estender a proposta político-pedagógica do PEE a toda a rede municipal. São implantadas, então, as Salas de Leitura nas Unidades Escolares de horário parcial.

Na portaria 12/90/E – DGE, publicada em D.O. (Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro) em 02 de maio de 1990, o Diretor do Departamento Geral de Ensino,

“considerando a proposta de desenvolvimento de uma política de produção / utilização de Tecnologia Educacional, oriunda da divisão de Multimeios, em resposta às solicitações de uma comunidade que exige maior democratização do acesso aos diferentes meios de informação, e a finalidade pedagógica das Salas de Leitura das Unidades Escolares, em relação ao uso conjugado dos diferentes meios de comunicação e aplicação dessas linguagens específicas à prática educativa para desenvolver no aluno a capacidade de ver-julgar-agir, em interação com a comunidade a que pertence determina a implantação das salas de leitura nas escolas de horário parcial da rede pública do município do Rio de Janeiro e o seu funcionamento.”

As Salas de Leitura passam então a substituir as anteriores Salas de Multimeios, com a proposta de ser um espaço alternativo, integrado à vida escolar, mas de forma desescolarizada, ou seja, sem transformarem-se em salas de aula, com grades de horários determinados, obrigações e conteúdos a serem assimilados, onde a leitura se daria de forma livre, espontânea e voluntária. Entretanto, havia a preocupação, por parte dos professores designados para dirigir esses espaços, em incentivar o interesse pela leitura e a conseqüente freqüência a esse espaço, através de programações diversas que funcionariam como convites e nunca como imposições, estendendo-se não só aos alunos, mas a toda a comunidade escolar.

Ainda em documento distribuído às escolas da rede municipal, são apresentadas as Diretrizes Básicas para a implantação das Salas de Leitura nas escolas de horário parcial, onde se postula que só o uso de diferentes meios educacionais pode desenvolver a capacidade de ler e escrever o mundo, ordenando idéias, arquivando dados e criando novos fatos e desta forma se verificará o desenvolvimento de uma política de produção e utilização de tecnologia educacional que integre as diferentes atividades que serão desenvolvidas nas salas de leitura.

Começa a desenhar-se um novo espaço pedagógico, onde se pretende conjugar o livro a outros meios de comunicação (televisão, rádio, computador) sempre com o intuito de viabilizar o exercício da leitura crítica desses diferentes

meios e possibilitar ao aluno uma produção/utilização mais comprometida com a transformação social.

Dentro da atual estrutura da Secretaria Municipal de Educação, as Salas de Leitura encontram-se na seguinte estrutura organizacional:

Secretaria Municipal de Educação (SME)

?

Departamento Geral de Educação (E-DGED)

?

Divisão de Mídia-Educação (DME)

?

Salas de Leitura

Como forma de dar seqüência ao projeto, através da formação de um numero reduzido de professores que serviriam como propagadores para os demais, foram criadas as Salas de Leitura Pólo.

As Salas de Leitura Pólo surgem, em 1992, através da portaria nº 36/92/E-DGE – 22/09/92), com o objetivo de funcionar como pólo irradiador para o desenvolvimento do Projeto Sala de Leitura. A princípio, foram criados 24 (vinte e quatro) pólos, que, além das atribuições comuns ao trabalho de Sala de Leitura previstas na portaria 12/90/ E – DGE, deveriam promover atividades integradoras e extensivas às estruturas circunvizinhas, denominadas Salas de Leitura Satélites, transmitindo-lhes as orientações da SME e implementando a utilização de novas tecnologias da educação nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino. Para isso, estas Salas Pólos comportam os chamados núcleos de mídia, que têm como principais prioridades *a implantação de estruturas e tecnologias de comunicação e processamento de informação, bem como acervos educativos em várias mídias, além da capacitação profissional, especialização e redefinição do modelo de atuação do atual professor de Sala de Leitura.*²

Em 1994, o quantitativo de Salas de Leitura Pólo passou para trinta, hoje distribuídas da seguinte forma pelas Coordenadorias Regionais:

² Sala de Leitura Pólo/Núcleo de Mídia Educação – um espaço em transformação. Sem data.

1ª CRE – 2 Salas Pólo	6ª CRE – 2 Salas Pólo
2ª CRE – 3 Salas Pólo	7ª CRE – 4 Salas Pólo
3ª CRE – 3 Salas Pólo	8ª CRE – 3 Salas Pólo
4ª CRE – 4 Salas Pólo	9ª CRE – 3 Salas Pólo
5ª CRE – 3 Salas Pólo	10ª CRE – 3 Salas Pólo

Com relação ao corpo docente, o Professor Encarregado Escolar de Multimeios passa a atuar como professor responsável pela Sala de Leitura e só em 1992 é regulamentada a função de professor regente da Sala de Leitura através da portaria nº 37/92/EDGED, de 27/10/92, e a partir daí esses profissionais passam efetivamente a serem identificados como Professores de Sala de Leitura.

As equipes gestoras desses ambientes eram compostas de um coordenador e quatro Professores de Sala de Leitura, nas escolas de C.A. a 4ª série, e um coordenador e cinco Professores de Sala de Leitura (Língua Portuguesa), nas escolas de 5ª a 8ª série.

Fonseca (2004) pesquisou as Salas de Leitura do município do Rio de Janeiro e, apesar de ter como objetivo analisar concepções e práticas instituídas principalmente com texto literário, também verificou que esses espaços foram se modificando ao longo dos anos e que, atualmente, tem havido uma entrada maciça das novas tecnologias da informação e da comunicação nos mesmos. Ela aponta, então, para a necessidade de novas pesquisas no sentido de tentar entender melhor como foram ocorrendo essas mudanças e como estas novas TICs tem sido inseridas no espaço escolar e tem sido apropriadas pelo mesmo.

Na realidade, essa entrada das TICs na escola tem acontecido em grande parte por conta de uma demanda social de que a escola as incorpore em seu trabalho e ofereça aos alunos a possibilidade de acesso ao que já tomou conta da sociedade fora do ambiente escolar. Assim, tentando se adequar e seguir as mudanças que ocorrem nos outros setores da vida social, a escola já não tem mais escolha que não seja trazer para dentro dela estas novas tecnologias. Mas, onde colocar esses equipamentos? Como trazer para escola estas tecnologias? Quem serão os profissionais responsáveis por trabalhar com as mesmas? Como esse trabalho será feito?

Essas e muitas outras questões são motivos de preocupação e inquietação por parte de pesquisadores, diretores, administradores, professores, pais, alunos... enfim, esta nova forma de trabalhar as várias linguagens dentro da escola ainda precisa ser muito discutida. Especificamente com relação aos espaços destinados a este tipo de tecnologia, o que me parece é que, na falta de uma estrutura que permita que todas as salas de aula sejam equipadas com material necessário para um trabalho com mídias, o espaço da sala de leitura tem cumprido muito bem o papel de suprir essa necessidade, explicando-se assim a mudança gradativa que vem transformando as antigas bibliotecas em novos núcleos de mídia.

No presente momento, as Salas de Leitura satélites contam com um professor responsável pela mesma, enquanto as Pólos contam com cinco professores.

Atualmente as Salas de Leitura são regulamentadas pela Resolução nº 560, publicada em 11/01/96, que dispõe sobre o funcionamento das mesmas e confere aos professores responsáveis a tarefa de implementar a proposta dos Núcleos de Mídia Educação.

Este documento buscava imprimir à política de Sala de Leitura Pólo da Rede Municipal um novo perfil, uma nova dinâmica de trabalho, que tinha como intuito aproximar cada vez mais meios, linguagens, estéticas e tecnologias contemporâneas às práticas educacionais.

A resolução estabelece que os professores de Sala de Leitura Pólo:

- a) serão os responsáveis pela implementação da proposta dos Núcleos de Mídia Educação nas trinta Salas de Leitura Pólo devendo, para isso, ter um conhecimento especializado em Gerência de Projetos Mídia Educativos para o desenvolvimento pleno de suas atribuições;
- b) deverão ser preparados para operar a especificidade e complexidade dos equipamentos instalados nos Núcleos de Mídia Educação;
- c) desenvolverão estratégias de Marketing Cultural, abrangendo ações de multiplicação, atendimento às demais Salas de Leitura, organização e criação de estruturas para o desenvolvimento do

trabalho e captação de esforços, estabelecendo uma rede de comunicações entre escola e comunidade.

Em um outro documento intitulado “Redefinições das atribuições do professor Regente de Sala de Leitura Pólo”³, enfatiza-se o espaço da Sala de Leitura como capaz de privilegiar o acesso a diferentes linguagens, que combinem sons, animação, textos, gráficos e imagens, possibilitando o desenvolvimento da criatividade de alunos e professores. No que diz respeito às atribuições dos professores e, complementando o documento que citamos anteriormente, destacam-se:

- Conhecer e discutir princípios político-pedagógicos da proposta Multieducação
 - Gerenciar os recursos da mídia-educação, propiciando a participação de professores e alunos num processo de produção coletiva
 - Orientar a discussão, com professores das salas de leitura que compõem seu pólo, sobre as práticas/dinâmicas a serem desenvolvidas em relação aos programas veiculados pela MULTIRIO

Como verificamos nos documentos analisados, a função e os objetivos da Sala de Leitura foram se modificando ao longo dos anos, fazendo-se necessário também uma modificação na formação dos professores responsáveis pela mesma. Essa mudança de rumos foi provavelmente o que levou a prefeitura a incentivar e investir na qualificação dos profissionais responsáveis por esses espaços, no sentido de capacitá-los para o novo tipo de trabalho que vinha se configurando.

A fim de atender às demandas do novo paradigma educacional que se buscava construir para a inserção das novas tecnologias e das diferentes linguagens na educação e sua apropriação por professores e alunos, a Secretaria Municipal de Educação, através da Divisão de Mídia Educação, começou um programa destinado a equipar os Núcleos de Mídia-Educação, implantados nos

³ Documento provisório da SME, sem data.

espaços das Salas de Leitura Pólo, e capacitar os professores responsáveis pelo funcionamento destas. Segundo documento⁴ da SME, os Núcleos foram equipados com TV, vídeo, filmadora, máquina fotográfica, aparelho de som e laboratório de informática, além de acervos educativos em várias mídias, e tinham os seguintes objetivos:

a) acessar em comunicação ao trabalho pedagógico desenvolvido por educadores com apoio criativo, organizacional e técnico aos seus projetos e a participação ativa nos planejamentos pedagógicos;

b) desenvolver projetos com alunos e educadores que envolvam o uso dos diversos meios e apropriação criativa de suas linguagens e estéticas;

c) atuar como interface entre a Rede e os agentes prestadores de serviços educacionais de atualização e recursos pedagógicos – em especial com a MULTIRIO, promovendo uma disseminação ampla da programação produzida por esta empresa em parceria com a SME;

d) elaborar a documentação das atividades significativas da Comunidade Educacional e organizar sistemas de acesso a esta informação documental.

Entre as principais estratégias da implantação dos Núcleos de Mídia-Educação estavam :

a) a capacitação profissional, especialização e redefinição do modelo de atuação do atual professor de Sala de Leitura;

b) a implantação de rede de comunicação entre os Núcleos para promover o intercâmbio entre professores e alunos , bem como a troca entre profissionais mídia-educadores;

c) a promoção e implementação de projetos geradores e experiências piloto, sobretudo os que propõem a apropriação criativa de meios e linguagens por alunos e educadores;

d) elaboração de mecanismos legais e administrativos para dar garantias e amparo às estruturas do Núcleo de Mídia-Educação e aos

⁴ Sala de leitura pólo/núcleo de mídia-educação. Um espaço em transformação. Sem data.

seus profissionais, de modo que seus projetos tenham continuidade garantida;

e) desenvolvimento de projeto específico de informática educativa, incluindo diretrizes político-educacionais, equipagem da rede e especialização de professores.

Os gestores esperam também configurar um novo perfil para o profissional que iria atuar à frente desses espaços, para que fosse capaz de:

a) apoiar, elaborar, gerenciar e organizar projetos de Comunicação e Mídia-Educativos em seu ambiente educacional de referência, em sintonia com os respectivos planejamentos pedagógicos e com a proposta da MULTIEDUCAÇÃO⁵;

b) dominar os pressupostos e fundamentos teóricos educacionais e comunicacionais da abordagem Mídia-Educacional;

c) conhecer a variedade de processos produtivos de comunicação, numa perspectiva de gerência de projetos educacionais com vistas a satisfazer as necessidades da comunidade escolar.

Tendo por base esse perfil, a SME iniciou um programa de qualificação desses profissionais, tendo como estrutura básica os seguintes eixos:

a) a gerência do Núcleo de Mídia-Educação;

b) a informatização do Núcleo;

c) a promoção da leitura;

d) trabalho com os diferentes meios de comunicação e suas diferentes linguagens.

Tratava-se de um projeto amplo de formação de recursos humanos que pretendia instrumentalizar os professores para a utilização de equipamentos novos na educação, para gerenciar este novo espaço que se configurava na escola e participar da discussão e reavaliação dos paradigmas que conceituam a atividade educacional. Dentre as atividades propostas e executadas por esse programa de capacitação destacam-se: o Curso de Apropriação Educativa do Vídeo, o Curso de

⁵ MULTIEDUCAÇÃO : Núcleo Curricular Básico da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, publicado em 1996.

Linguagens e Estéticas Contemporâneas, o Projeto Formação do Telespectador, os Encontros Imagem/Meio/Reflexo, o Curso Linguagens em Jogo, o Curso de Dinamização, Análise e Atualização do Acervo Bibliográfico das Salas de Leitura, o Projeto Leia Brasil⁶, o Curso de Apropriação da Linguagem Educativa do Rádio, Cursos de Informática Básica e o Curso Gerência de Projetos Mídia-Educativos, que era o carro-chefe do programa de capacitação. Além dos cursos de capacitação a Divisão de Mídia-Educação promovia reuniões mensais com os professores de Sala de Leitura Pólo e os representantes das D.E. das CREs (Divisão de Educação das Coordenadorias Regionais de Educação).

Em entrevista concedida a esta pesquisa, Simone Monteiro, responsável pela Divisão de Mídia-Educação da SME, afirmou que para viabilizar a qualificação profissional em serviço, a Secretaria vem estabelecendo parcerias com a TVE-Rede Brasil, PROLER, Colégio Santo Inácio, Fundação Roquette Pinto, Anima Mundi, entre outras instituições.

A partir de 1997, os projetos para a Sala de leitura foram intensificando as práticas voltadas para a promoção da leitura e a formação do leitor e para a instalação de estruturas, tecnologias e metodologias mídia-educativas.

Para a secretaria, as Salas de Leitura hoje devem ser espaços de confluência de saberes e linguagens, onde seja possível os estudantes experimentarem a leitura de forma contextualizada em consonância com diversas formas de expressão, congregando velhas e novas tecnologias na educação. Suas atribuições implicam promover atividades que compreendam empréstimos do acervo, orientação à pesquisa, oficinas, exposições, feiras, concursos, sessões de vídeo com debates, rodas de leitura, encontro com autores, produção de programas de vídeo, de rádio, jornais, sites e muitas outras, tendo como objetivo estimular a criatividade, o senso crítico e a produção do conhecimento. Tendo sido pensadas a princípio como espaços para práticas leitoras de textos literários, encontram-se hoje definidas como espaços multimidiáticos.

A análise dos documentos da SME citados acima permite identificar as diretrizes traçadas para as Salas de Leitura. Percebe-se uma mudança da

⁶ Projeto Leia Brasil levava acervo volante para 14 Unidades Escolares atendendo alunos e comunidade escolar com serviços de empréstimo, e atendia 40 professores com a realização de Curso de capacitação na área de promoção da Leitura (curso de dinamização de acervo, curso de Contadores de História).

perspectiva de valorização quase exclusiva de materiais impressos e da formação de leitores, para a inclusão nesse espaço de recursos tecnológicos (televisão, vídeo, rádio), voltada para o desenvolvimento de diferentes possibilidades de expressão. Os documentos mencionam a preocupação, por parte da administração central, com relação à formação dos profissionais que atuam nesses espaços, já que suas novas atribuições exigem deles novas competências, apesar de não serem verificadas referências quanto a remuneração destes profissionais em nenhum documento.

A temática da formação de professores para lidar com as tecnologias, numa proposta de uso e domínio de outras linguagens como forma de expressão, é um dos focos deste trabalho e será retomada mais adiante.

Optamos por investigar práticas e concepções de mídia dos professores de Sala de Leitura, por acreditarmos que no momento são estes os profissionais cujas atribuições estão mais diretamente ligadas a projetos mídia-educativos, cuja validade, limites e possibilidades constituem-se como objeto deste estudo.